

Aos cinco dias do mês de julho de 2019 as 13:00 horas reuniram na sede da camara os conselheiros Luciano, João Juceli, Leandro Crespam e Francisco Maciel para deliberarem sobre a seguinte pauta: a) Analise da folha de junho; b) Projeto de lei /reestruturação da lei do RPPS; c) Aposentadorias; d) Pontos para exposição de relatório no dia 10/07 junto ao Executivo; e) Desenquadramento do fundo Soberano; f) Assuntos gerais. Prefeitura mês de junho: Patronal: R\$ 57.577,49; Funcional: R\$ 40.238,39 Passivo: R\$ 48.066,59; Rendimento: R\$ 79.125,56; Aposentadorias: R\$ 27.227,08; Pensão: R\$ 5.949,82; Auxilio Doença: R\$ 8.585,84; Maternidade: R\$ 8.615,12; Despesas administrativas: R\$ 1.703,77 Parcelamento 41ª 8.449,57; R\$ Total mês: R\$ 10.518.635,58. Camara mês junho: Patronal: R\$ 896,75 Funcional: R\$ 626,69 Passivo R\$ 748,61. RPPS mês junho: Patronal: R\$ 2.707,40 Funcional: R\$ 1.892,10 Passivo R\$ 2.260,18. Com relação ao item “b” foi colocado que foi entregue ao Executivo uma proposta de alteração da lei do RPPS para que seja providenciado um estudo e encaminhamento a Câmara, pois estamos com varios pontos em nossa lei desatualizados e muitas coisas não regulamentadas. Nesse ponto cabe destacar que apresentamos também um regimento interno do Conselho, um projeto de lei de pericias medicas com manual e um regimento eleitoral do Conselho o que integram a referido a lei, além de um fluxograma com as rotinas para pedir e conceder aposentadorias. Com relação ao item “c” das aposentadoria mais uma vez foi colocada a necessidade de dar continuidade ao caso da Dr Terezinha Vidal, pois a comissão de inativação já solicitou a comprovação do tempo de serviço utilizado em outra aposentadoria, caso tenha ocorrido e ate o momento não obtivemos resposta. Com relação a esse caso coloquei que devemos então efetuar um ato de suspensão do processo de inativação junto ao TCE pois o mesmo se encontra lançado sem andamento. Com relação ao caso do servidor em licença saúde Jose Carlos o mesmo ainda não entregou a certidão de tempo de serviço se é que foi buscar no dia 18 de junho no INSS e só assim teremos condições de dar inicio ao processo de inativação do mesmo, restando apenas saber se será por invalidez ou por tempo de contribuição. Com relação ao item “d” foi apresentado o esboço do que vamos fazer de apresentação no dia 10 de julho junto ao Executivo sobre o RPPS, pois a intenção é fazer um relatorio com os principais pontos que levam informações aos servidores e explicar um pouco sobre a situação financeira, legal e de transparencia do RPPS o que foi aceito pelos presentes. Com relação ao item “e” foi colocada que o fundo Soberano do Banrisul desenquadrou por ultrapassar os 20% do total de recursos aplicados e por isso precisamos realocar em outros fundos o que foi feito no dia 25 de junho, sendo retirado do fundo Banrisul Soberano Fi Renda Fixa Simples LP R\$ 500.000,00 mil reais e aplicado R\$ 200.000,00 (duzentos mil) reais no Banrisul Mix Fic Renda Fixa LP e R\$ 300.000,00 (trezentos mil) reais no banrisul absoluto fi renda fixa LP. Nos assuntos gerais foi informado que foi feita a autorização do Servidor e Conselheiro João Juceli para que o mesmo participe do curso aposentadorias, pensões e regras para aposentadorias nos dias 08 e 09 de julho na DPM em Porto Alegre. Nada mais havendo a tratar eu Luciano Saidelles Rossi lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais membros do Conselho.